



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeira Sessão Legislativa Ordinária Quinquagésima Primeira Legislatura

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 05 E 07 DE OUTUBRO DE 1999.

Aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e nove, às dezessete horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação de Relatórios apresentados a Projetos de Lei de créditos adicionais, de Requerimentos e do Relatório Preliminar apresentado à Proposta Orçamentária para 2000, constantes das **Pautas n°s 8 a 13/99**. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, Basílio Villani, Ben-hur Ferreira, Carlito Merss, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonânicio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Djalma Paes, Eujácio Simões, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Marroni, Freire Junior, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, João Caldas, João Coser, João Fassarella, João Leão, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, José Lourenço, José Priante, Jovair Arantes, Lael Varella, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilson Mourão, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Chaves, Pedro Henry, Renato Vianna, Renildo Leal, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Santos Filho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga e Wilson Santos; - **Senadores titulares:** Antero Paes de Barros, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Siqueira Campos, Gilberto Mestrinho, José Alencar, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá, Tião Viana e Wellington Roberto; - **Senadores suplentes:** Agnelo Queiroz, Alceste Almeida, Antonio Palocci, Aracely de Paula, B. Sá, Darcísio Perondi, Deusdeth Pantoja, Eduardo Paes, Fatima Pelaes, Francisco Garcia, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Jaime Martins, João Henrique, João Ribeiro, João Tota, José Borba, Lídia Quinan, Luciano Castro, Luis Barbosa, Marcos Cintra, Marcus Vicente, Mário Negromonte, Milton Monti, Norberto Teixeira, Paulo Marinho, Pedro Canedo, Pedro Celso, Pedro Novais, Ricardo Noronha, Ricarte de Freitas e Sérgio Barcellos; - **Senadores**



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplentes: Carlos Patrocínio, Gilvan Borges e Marluce Pinto. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não integrantes da Comissão, **Deputados** Hermes Parcianello e Pedro Wilson. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Coriolano Sales, José Melo, Rommel Feijó e Vadão Gomes; - **Senadores titulares:** Edison Lobão, Eduardo Suplicy, Hugo Napoleão, Ramez Tebet e Sebastião Rocha **ABERTURA:** Após ter observado o disposto *no § 1º do art. 29 do Regimento Comum* e havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado João Coser, declarou iniciada a reunião, anunciando a apreciação dos Termos de Reunião nºs 1 e 2/99, referentes à 8ª e 9ª Reuniões Ordinárias; das Atas da Décima e Décima Primeira Reuniões Ordinárias, realizadas em 21 e 23 de setembro do corrente ano; e das Atas da 2ª Reunião de Audiência Pública e da 2ª Reunião Extraordinária, realizadas respectivamente em 28 e 29 de setembro do corrente ano. O Deputado Basílio Villani propôs, e o Plenário concordou, que os Termos e as Atas fossem declarados aprovados pelo Presidente. O Presidente não acolheu a sugestão, informando não haver número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: **a)** Correspondência interna: **1)** Ofício nº 97, de 04 de agosto, remetido pelo gabinete do Deputado Eliseu Moura, comunicando sua designação para Coordenador da Bancada do Estado do Maranhão; **2)** Ofício nº 80, de 22 de setembro, remetido pelo Presidente da CPI destinada a investigar a atuação da FUNAI, Deputado Alceste Almeida, solicitando a remessa de informações detalhadas acerca das dotações de verbas orçamentárias destinadas aos interesses das populações indígenas e para a FUNAI e a execução orçamentária nos últimos 15 anos; **3)** Expediente de 28 de setembro, remetido pela Liderança do PPB no Senado Federal, indicando o Senador Leomar Quintanilha como representante da Liderança junto à Comissão; **4)** Expediente de 05 de outubro, remetido pelo gabinete do Deputado José Melo, justificando a sua ausência até o dia 13 do corrente. **b)** Correspondência externa: **1)** Ofício nº 55, de 22 de setembro, remetido pelo Secretário Executivo do Ministério da Integração Regional, Dr. Alexandre Firmino de Melo Filho, encaminhando demonstrativos dos subtítulos destinados à realização de obras cujo valor ultrapassa a 2 milhões de reais, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2000; **2)** Ofício nº 1.412, de 22 de setembro, remetido pelo Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Dr. José Augusto Varanda, encaminhando os documentos que relacionam as obras daquele Ministério, cujo valor ultrapassa a 2 milhões de reais; **3)** Ofício nº 41, de 22 de setembro, remetido pelo Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, Dr. Luiz Felipe de



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Seixas Corrêa, informando que o Ministério não realizará, com recursos orçamentários, obra cujo valor ultrapasse a 2 milhões de reais; **4)** Ofício nº 127, de 28 de setembro, remetido pelo Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo, solicitando a viabilização do término da obra referente à construção do Fórum Trabalhista de 1ª Instância da Cidade de São Paulo; **5)** Aviso nº 1.014-SGS, de 30 de Setembro, remetido pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iram Saraiva, encaminhando cópia da Decisão acerca dos levantamentos de auditoria em obras públicas e atualização das informações constantes de processos em andamento. **b.1)** Expedientes encaminhados em atendimento ao disposto no art. 7º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000: 1) Ofício nº 195, de 30 de setembro, remetido pelo Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças, Dr. Aluísio Alves, enviando o demonstrativo dos subtítulos destinados à realização de obras, cujo valor ultrapasse a R\$ 2.000.000,00. **b.2)** Mensagens encaminhadas pela Presidência da República, em cumprimento ao § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999) encaminhando cópia do Decretos de 21 e 24 de setembro: **1)** Mensagem nº 881, que “cancela dotações à conta de fonte de recurso condicionada constante da Lei Orçamentária de 1999 e abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R\$ 2.795.087.439,00, em favor do Ministério da Saúde, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”; **2)** Mensagem nº 945, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 13.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”; **3)** Mensagem nº 946, que “abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 46.832.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”; **4)** Mensagem nº 947, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1.255.824.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”; **5)** Mensagem nº 948, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 12.849.000,00, em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; **6)** Mensagem nº 949, que Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 614.500.000,00 , em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; **7)** Mensagem nº 950, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 13.500.000,00, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; **8)** Mensagem nº 951, que abre ao Orçamento



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 334.305.600,00, em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. **I)** Distribuição de Projetos: 1) Projeto de Lei nº 26/99-CN. Relator: Deputado Sérgio Miranda (PcdoB/MG); 2) Projeto de Lei nº 27/99-CN. Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB/MG). O Presidente comunicou que no dia 06 de outubro, às 18 horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados seria realizada a Exposição Técnica ministrada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visando a explanação de notas técnicas e equacionamento de dúvidas acerca dos Projetos de Lei Orçamentária para 2000 e do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. O Presidente em exercício justificou a ausência do Senador Gilberto Mestrinho, em virtude da realização de votação nominal no Plenário do Senado Federal. Continuando, informou ser este o motivo da insuficiência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. O Deputado Sérgio Miranda teceu considerações acerca do Relatório Preliminar, questionando se haveria corte nos recursos do Projeto de Lei Orçamentária para 2000, em decorrência da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal. O Relator Geral, Deputado Carlos Melles, sugeriu que o assunto fosse tratado na reunião do Colegiado das Lideranças Partidárias, marcada para 06 de outubro, às 14 horas e trinta minutos, no gabinete da Presidência. O Presidente em exercício informou ao Plenário que seria realizada a apreciação do Relatório Preliminar no dia 07 de outubro. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente titular, Senador Gilberto Mestrinho, assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questão de ordem, requerendo, nos termos *dos arts. 2º e 15 da Resolução nº 2, de 1995-CN*, que a Comissão analisasse, preliminarmente, a constitucionalidade e a juridicidade do Projeto de Lei Orçamentária para 2000. O Deputado Alberto Goldman discutiu o assunto. O Relator-Geral informou que abordaria o assunto na reunião com o Colegiado de Líderes. O Presidente reapresentou ao Plenário a questão de ordem do Deputado Sérgio Miranda, solicitando a sustação do trâmite do Plano Plurianual e o prévio exame dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”, como forma de cumprir o disposto no art. 165, § 4º da Constituição Federal. Após discorrer sobre o assunto, o Presidente decidiu a questão de ordem pela refutação do entendimento que situa a tramitação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2000 a 2003 como dependente do prévio exame dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. O Deputado Sérgio Miranda solicitou o envio formal da resposta à sua questão de ordem, informando que recorreria ao Plenário do Congresso Nacional. O Deputado Alberto Goldman discutiu o assunto. O Deputado Gonzaga Patriota



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

solicitou que os Termos de Reunião e as Atas fossem apreciadas, uma vez que o número regimental para deliberação nas duas Casas havia sido atingido. Propôs, ainda, que as matérias cujos relatores estivessem presentes fossem apreciadas inicialmente. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura dos Termos de Reunião e das Atas anteriormente mencionados, por terem sido distribuídos antecipadamente através da Pauta. Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou os Termos de Reunião e as Atas **aprovados**.

ORDEM DO DIA. PAUTA Nº 9/99. Item único: - **Requerimento** do Deputado Sérgio Miranda, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de Inspeção Extraordinária para verificar o cumprimento dos mandamentos expressos nos artigos 74 e 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos das Emendas Constitucionais nºs 12, de 1996, e 22, de 1999, bem como o atendimento às determinações emanadas da Decisão nº 620, de 1998, do Plenário daquele Tribunal, quanto à integral adequação no uso dos recursos da CPMF. O autor fez a apresentação do Requerimento. Os Deputados Alberto Goldman e Virgílio Guimarães manifestaram-se favoráveis. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 10/99. - Apresentação, discussão e votação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: 1) **Projeto de Lei nº 14/99-CN** “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 4.246.237,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.” Relator: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O relator fez a sua apresentação. Debateram a matéria os Deputados Sérgio Miranda, João Coser e Giovanni Queiroz. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 8/99. Item 2: (Remanescente da Pauta nº 7/99) **Projeto de Lei nº 11/99-CN** “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 187.580.000,00, para os fins que especifica.” Relator: Senador Romero Jucá. Voto: favorável, nos termos propostos no Substitutivo, com as **alterações** decorrentes das duas emendas de relator. O Senador Romero Jucá apresentou o Relatório, com parecer pelo desmembramento do Projeto, conforme o disposto no *art. 66 § 1º do Regulamento Interno* da Comissão. Os Deputados Sérgio Miranda, Basílio Villani e Santos Filho discutiram o assunto. O Presidente anunciou que ficaria suspensa a apreciação da parte referente ao Ministério dos Transportes até que



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

informações adicionais fossem enviadas, devendo constituir-se em Projeto de Lei nº 11-A/99-CN. Ficou mantida a parte referente ao Ministério da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. Em votação, o Relatório referente ao Projeto de Lei nº 11/99-CN, relativo ao Ministério da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 10/99. Item 2: **Projeto de Lei nº 16/99-CN** “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 36.983.700,00, para reforço de dotações constantes do vigente orçamento.” Relator: Deputado José Melo. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Ausente o relator, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi designado para fazer a leitura do Relatório. Logo após, o Presidente comunicou, ainda, que o Senador Mozarildo Cavalcanti apresentou recurso contra a inadmissibilidade de suas emendas. O relator manifestou-se pelo seu indeferimento. Em votação, o recurso foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi submetida à representação do Senado Federal. Não houve debate acerca do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16/99-CN. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 3: **Relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho** (Diversos nº 02/99-CN). Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Voto: pela autorização da execução dos créditos orçamentários da dotação orçamentária consignada no Orçamento da União de 1999, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator informou que foi constituída comissão composta pelos Deputados João Coser, João Fassarella, João Ribeiro e Pedro Chaves para verificar *in loco* a construção do prédio. Em seguida, ratificou o seu voto. Os Deputados João Fassarella e Giovanni Queiroz manifestaram-se contra; e o Deputado Pedro Chaves, favorável. O Deputado Alberto Goldman solicitou o adiamento da discussão. Em seguida, o Presidente anunciou a presença do Ministro de Estado da Educação, Dr. Paulo Renato, que seria o palestrante da Terceira Reunião de Audiência Pública marcada para aquele horário. Às dezenove horas e quinze minutos, a reunião foi suspensa. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia sete do mesmo mês, o Presidente deu continuidade aos trabalhos, passando ao exame da Ata da Terceira Reunião de Audiência Pública, realizada em cinco de outubro do corrente ano. Conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: - Correspondência interna: **1)** Ofício nº 70, de 5 de outubro, remetido pelo gabinete do Deputado Jaime Martins, justificando a sua ausência aos



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trabalhos no período de 1º a 10 de outubro; 2) Ofício nº 123, de 5 de outubro, remetido pelo Deputado Eurípedes Miranda, encaminhando cópia das atas referentes às emendas de Bancada do Estado de Rondônia, para o presente exercício. - Correspondência externa: - Ofício nº 84, de 27 de setembro, remetido pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em atendimento ao disposto no art. 7º, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000, encaminhando especificações, cronogramas físico-financeiro das obras cujo valor é de 2 milhões de reais. - Distribuição de Projetos: . Projeto de Lei nº 28/99-CN. Relator: Deputado Pedro Chaves (PMDB/GO); . Projeto de Lei nº 29/99-CN. Relator: Deputado Osvaldo Coêlho (PFL/PE); . Projeto de Lei nº 30/99-CN. Relator: Deputado Paulo Mourão (PSDB/TO). - Redistribuição do Projeto de Lei nº 25/99-CN ao Senador Luiz Otávio (PPB/PA), em substituição ao Senador Paulo Hartung, em virtude do disposto no § 4º do art. 7º da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional. Em seguida, o Presidente, lembrando aos membros as votações realizadas na última reunião, retomou a apreciação do **Relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho**. Os Deputados João Fassarella, Alberto Goldman e João Coser manifestaram-se contra; e o Deputado Pedro Chaves, favorável. O Deputado Sérgio Miranda sugeriu que fosse aguardada a presença do relator, Deputado Gonzaga Patriota, para que se concluísse a matéria. O Presidente acatou a sugestão. PAUTA Nº 12/99. Apresentação, discussão e votação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/99-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 11.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”. Relator: Senador Tião Viana. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. O relator fez sua apresentação. Em seguida, o Presidente comunicou ao Plenário que o Senador Mozarildo Cavalcanti havia entrado com recurso contra o Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17/99-CN, acerca da inadmissibilidade de suas emendas. O relator manifestou-se pelo indeferimento do recurso. Em votação, o Recurso foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi submetida à representação do Senado Federal. A seguir, o Presidente anunciou a votação do Parecer do Relator, tendo sido **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Alberto Goldman apresentou sugestão no sentido de que fossem apreciadas, preliminarmente, as matérias não polêmicas, evitando obstrução à pauta, tendo sido acolhida pelo Presidente. PAUTA Nº 8/99. Item 2: **Projeto de Lei nº 12/99-CN** “Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro,



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crédito especial até o limite de R\$ 1.166.253,00, para os fins que especifica”. Relator: Deputado Paes Landim. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Ausente o relator, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi designado para fazer a leitura do Relatório. Finalizada a apresentação, o Deputado João Coser posicionou-se favorável. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 11/99. Item 1: Apresentação, discussão e votação das seguintes matérias: 1) **Projeto de Lei nº 15/99-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 12.866.296,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Relator: Senador Wellington Roberto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Ausente o relator, o Deputado Alberto Goldman foi designado para fazer a leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente anunciou o **Requerimento** do Deputado João Fassarella, através do qual é solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com relação aos Editais de Licitação nºs 183 a 187 e os processos deles resultantes. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. - **Requerimento** do Deputado Giovanni Queiroz, pelo qual é solicitado o comparecimento do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimentos acerca dos Projetos de Lei Orçamentária para 2000 e do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. O Presidente anunciou a **prejudicialidade** do Requerimento, uma vez que houve o comparecimento do Ministro, em reunião de audiência pública, no dia 28 de setembro. - **Requerimento** do Deputado Giovanni Queiroz, solicitando o comparecimento do Dr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, para prestar esclarecimentos acerca dos Projetos de Lei Orçamentária para 2000 e do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Ausente o autor, o Presidente **adiou** a apreciação do Requerimento. Retorna ao Item 3 da PAUTA Nº 10/99, **Relatório acerca da construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho no Distrito Federal**, em virtude da presença do relator, Deputado Gonzaga Patriota. O relator continuou a proceder com as explicações acerca da matéria. Os Deputados João Fassarella e João Coser reafirmaram as posições contrárias. O Deputado Alberto Goldman solicitou o adiamento do debate, tendo sido seguido pelo Deputado Santos Filho. O relator não concordou com o adiamento. O Senador Eduardo Siqueira Campos fez proposta no sentido



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de que este fosse o último item a ser apreciado, obtendo concordância por parte do relator e do Plenário. O Presidente anunciou que, em audiência com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, tomou conhecimento de que seria divulgada nota à imprensa acerca das medidas a serem adotadas pelo Governo, tendo em vista decisão do Supremo Tribunal Federal quanto às contribuições previdenciárias dos servidores públicos ativos e inativos, o que implicaria em redução de receitas para a União. O Deputado Sérgio Miranda discutiu o assunto. O Presidente solicitou ao Relator-Geral que lesse o fax enviado pelo Ministro. Encerrada a leitura, os Deputados Sérgio Miranda, Paulo Mourão, João Coser, João Fassarella e Alberto Goldman discutiram o assunto. Às dez horas e cinquenta minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Jovair Arantes, assumindo-a em seguida. O Deputado Sérgio Miranda teceu considerações acerca da questão de ordem, pela qual requer, nos termos dos arts. 2º e 15 da Resolução nº 2/95-CN, que a Comissão analise preliminarmente a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei Orçamentária para 2000, apresentada na última reunião. Após discorrer sobre o assunto, o Presidente **decidiu** a questão de ordem pela sua refutação. O Deputado Sérgio Miranda comunicou que recorreria ao Plenário do Congresso Nacional. O Deputado Basílio Villani solicitou que fosse iniciada a apreciação do Relatório Preliminar. O Relator-Geral consultou o Plenário se a leitura poderia ser dispensada, tendo em vista entendimentos na reunião realizada com o Colegiado de Líderes. O Plenário assentiu. Em seguida, apresentou os pontos mais importantes do Relatório. Discutiram o Relatório Preliminar os Deputados Sérgio Miranda, Santos Filho, João Fassarella, Basílio Villani e Alberto Goldman. O Relator-Geral teceu comentários enaltecendo a atuação do Colegiado de Líderes. O Presidente encerrou a discussão, encerrando-se concomitantemente o prazo para apresentação de destaques. O Deputado Sérgio Miranda propôs o adiamento da votação do Relatório Preliminar até que fosse enviada a Mensagem com os cortes dos recursos pelo Poder Executivo. Os Deputados Basílio Villani e Santos Filho posicionaram-se contrários. O Presidente passou à votação da proposta de adiamento da votação do Relatório Preliminar, tendo sido **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi submetida à representação do Senado Federal. O Deputado Sérgio Miranda reafirmou seu posicionamento de que não era favorável à votação do Relatório Preliminar naquela data. A seguir, o Presidente anunciou a votação do Relatório Preliminar, com a análise do Relator-Geral sobre as emendas, RESSALVADOS os destaques, tendo sido **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às doze horas e trinta e seis minutos, o Presidente suspendeu a reunião, tendo em



10



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização